

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: OUTRA BABEL?

Vilma de Fátima Machado*

Resumo

O objetivo do artigo é colocar em discussão os elementos centrais que articulam um construto social chamado Desenvolvimento Sustentável enquanto portador da promessa de conciliar desenvolvimento e consumo de recursos ambientais de forma a garantir de forma a contínua os meios de satisfação para recriadas necessidades. O Desenvolvimento Sustentável enseja uma espécie de atualização da promessa fundante da modernidade, qual seja a conquista da felicidade via o desenvolvimento, agora centrada no uso racional dos recursos ambientais uma vez que a emergência da questão ambiental havia sinalizado limites para concretização daquela promessa. Tomando como referencia mitologia bíblica da construção da Torre de Babel, pretende-se analisar os elementos constitutivos das contradições que deram lugar a atualização daquela promessa de felicidade e os limites dos meios que se apresentam como adequados ao seu cumprimento. A atualidade da promessa que moveu a elevação da mítica Torre de Babel pode nos ajudar a refletir sobre como movimentamos no interior do canteiro de obras que ainda está em operação na construção da Babel contemporânea.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Emancipação. Questões ambientais.

Introdução

As orientações produzidas no âmbito das Conferências Mundiais organizadas pelas Nações Unidas exercem significativa influência na definição de agendas governamentais e também de importantes organizações não governamentais. Além disso, emanam orientações que de maneira direta ou

* Graduada em História pela Universidade Federal de Goiás, Mestre em história das Sociedades Agrárias pela Mesma instituição e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás, sendo do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário. Desenvolve atividades no Núcleo de Direitos Humanos/UFG relativas a projetos de pesquisa e extensão articulados com temática de desenvolvimento, direitos humanos e cidadania. vilmafmachado@gmail.com

indireta repercutem no conjunto da sociedade, seja em âmbito nacional ou internacional. Em relação à problemática ambiental desde a Conferência sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo as Nações Unidas vem funcionando como centro irradiador na produção e atualização de um *projeto* de arquitetura que busca orientar uma *construção* capaz de abrigar ao mesmo tempo os interesses vinculados às estratégias de desenvolvimento e às estratégias de proteção ambiental, coordenando-os na perspectiva da sustentabilidade.

O eixo central da discussão que é proposta neste artigo gira em torno das contradições entre o *projeto* e a *obra* que a partir dele tem sido produzida. De um lado, a promessa inscrita no *projeto* do Desenvolvimento Sustentável sugere uma construção harmônica, funcional, pautada por uma conduta ética inquestionável em relação às gerações futuras, que no geral abrigaria instrumentos poderosos de emancipação social resultantes do equilíbrio entre satisfação das necessidades humana e o desgaste ambiental. De outro lado, observa-se que, a *obra* resultante das tentativas de execução de tal projeto tem se mostrado um edifício multifacetado, disforme e mutante, cujos pavimentos são agregados de maneira caótica sob a depender da conjuntura e da capacidade dos atores sociais de mobilizarem forças capazes de mudar certas feições, agregar diferentes adereços e cores, substituir, sobrepor ou retirar camadas e coberturas, enfim ditar o ritmo e o caráter das ações que, no conjunto, possam fazer a *obra* avançar ou retroceder, aproximar-se do projeto ou negá-lo completamente.

É importante ainda, chamar a atenção para o papel desempenhado pelos saberes produzido desde o espaço acadêmico no desenho e construção dessa obra que será aqui examinada. Esses espaços são constantemente chamados a exercer sua função principal que é a de operar o regime geral de produção de verdades e contribuindo desta maneira para conferir legitimidade social projeto ao projeto e à obra dele resultante. Esses saberes operam como fontes de novas

e possíveis articulações de equipes de operários ou de elementos de superação de dificuldades que possam comprometer a crença na possibilidade de se alcançar, o ideal da Babel da sustentabilidade. Os saberes jurídicos atuam também no importante papel de regulação e minimização de conflitos de forma a permitir que as atividades de construção da Torre não sejam por eles ameaçadas.

Esta espécie de esquizofrenia entre *projeto* e *obra* será abordada aqui, tomando como referência a possibilidade da construção de uma analogia entre o empreendimento descrito na mítica narrativa bíblica no livro do *Genesis* a respeito da construção da Torre de Babel e o empreendimento posto em marcha a partir das Nações Unidas – aqui considerada no seu conjunto, o que envolve órgãos, agências, programas – e que pode ser chamado de construção do Desenvolvimento Sustentável¹. A promessa contida no ideal de construção do Desenvolvimento Sustentável guarda certa afinidade com a promessa contida no ideal da construção da Torre. Se esta buscava atingir o céu – sinônimo de reino da paz, da felicidade, lugar de comunhão com o Pai, etc. – aquele atualiza a promessa moderna de emancipação, incluindo aí a ideia da comunhão entre homens e natureza, progresso, paz e segurança. A utilização dessa mitologia bíblica para pensar o Desenvolvimento Sustentável foi uma apropriação desenvolvida a partir da leitura desta narrativa bíblica feita pelo filósofo Luiz Felipe Pondé (2008) em um artigo intitulado *o vôo do corvo sobre os jardins de da Torre de Babel*, onde afirma,

É impressionante o modo como o objeto de Babel (o paraíso construído pelas mãos humanas) é hoje mais contemporâneo do que nunca. Num mundo herdeiro das utopias racionalistas ou românticas de Bacon a Rousseau, qual seria o Outro indesejável (o único que interessa) da modernidade? Quem seria o estrangeiro monstruoso, ou o estranho ameaçador? A proposta deste ensaio é vê-lo como a maldição, que paira sobre nossa obsessão pelo paraíso. O racionalismo moderno é uma espécie de pensamento mágico através do qual o ser humano inventa um homem que não existe, para criar um mundo, que por sua vez, também não existe. Mas, como este projeto é articulado num discurso

organizado, ele nos parece descrever uma realidade possível (2008, p. 37).

A partir daí pode se pensar no desenvolvimento como o demiurgo desse mundo que só existe enquanto a promessa moderna do paraíso. A obsessão que movimenta a modernidade. E qual seria então a maldição que atormentar a possibilidade de chegar a esse paraíso? A natureza não ocuparia, desde as origens, do sonho moderno, o lugar onde se esconde o “outro” maldito?

Tendo como referência essa figurada associação entre os dois edifícios, o da Torre de Babel e o do Desenvolvimento Sustentável, o esforço será trazer para a discussão os aspectos centrais dessa última construção, suas características e lógica de operação, para em seguida examinar o que consideramos caracteriza-lo como uma Babel, ou seja, o cerne de sua inerente esquizofrenia. A seguir trataremos da organização do “canteiro de obras” (que teve lugar na Conferência de Estocolmo); da execução dos trabalhos de “fundação” (Relatório Brundtland, 1987); da construção do primeiro e mais amplo e alto pavimento (Rio-92), já projetado com um significativo deslocamento em relação à estrutura de fundação; e ainda, dos dois últimos pavimentos (Rio +10 e Rio +20), quando já é evidente o peso e, em decorrência, as dificuldades de sustentação da obra no seu conjunto.

A BABEL DA SUSTENTABILIDADE: DO CANTEIRO DE OBRAS
AOS PRIMEIROS PAVIMENTOS



As imagens referem-se, pela ordem, à Pintura de Pieter Brueghel (1526/30 – 1569), óleo sobre madeira, 1563 atualmente no Kunsthistorisches Museum, Viena e, à Pintura de Joos de Momper (1564-1635) óleo sobre cobre, 1595 a 1605, atualmente no Museu nacional de Arte Antiga de Lisboa.



Referencias à Torre de Babel feita pelo Cinema. A primeira imagem é do filme *Blade Runner* (1982) dirigido por Ridley Scott. A segunda é do filme *Metropolis* (1927) dirigido por Fritz Lang.

A ideia de desenvolvimento é inerente à racionalidade moderna que orientou e ainda orienta a economia capitalista, produto por excelência dessa racionalidade. Conforme propôs Santos (2001), o projeto sócio cultural da modernidade está assentado na promessa de emancipação, sendo o *desenvolvimento* o instrumento para conquista-la. Desde que esse projeto sócio cultural foi posto em movimento (séc. XV) ele vem sendo questionado e

reformulado pela dinâmica dos conflitos sociais, em diferentes momentos e contextos históricos. A noção de desenvolvimento é impactada por esses questionamentos e reformulações às vezes de forma menos intensa, às vezes mais, dependendo da profundidade e amplitude e caráter da crise geradora desse questionamento.

Desta feita, as condições de possibilidade para a emergência do Desenvolvimento Sustentável resultaram da crise que vem à tona na década de 1960, colocando em cheque não só os limites do projeto sócio cultural da modernidade, mas seus próprios fundamentos². A configuração da questão ambiental é um dos aspectos centrais dessa crise e define grande parte do seu processo de equacionamento.

A questão ambiental emerge, sobretudo no seio das sociedades ricas e industrializadas, a partir de vários elementos, dentre os quais se destacam: i) a insatisfação com os efeitos danosos do processo de industrialização, tais como poluição, contaminação de águas e alimentos; ii) a discussão que se alastra entre diferentes setores sociais acerca das possibilidade concretas de destruição do planeta em consequência da corrida armamentista, posta em curso pela guerra fria – numa sociedade cujo temor em relação às armas nucleares era reforçado pela memória dos acontecimentos de Hiroshima ; iii) a sucessão e acidentes envolvendo derramamentos de óleo nos mares, contaminação química e radioativa de seres humanos; iv) a publicação de estudos científicos denunciando a degradação ambiental que estava em curso diante do progresso técnico – seja pelo uso de defensivos, seja pelos efeitos da poluição em todos os ambientes³.

A fermentação desse clima de descontentamento impulsionou a emergência de novos movimentos sociais, dentre os quais o movimento ambientalista, que pode capitalizar muitos dos eventos acima mencionados ampliando sua esfera de influência e catalisando sob seus auspícios grande

parte das demandas emancipatórias esboçadas nas insatisfações com o industrialismo (Leis, 1999).

De outra parte, a crise econômica desencadeada a partir do choque do petróleo no início da década de 1970, aprofunda o clima de pessimismo e incertezas que já grassava a sociedade europeia, alastrando-se para outros continentes. Neste contexto, dois eventos singulares contribuíram para a definição dos rumos que a discussão da questão ambiental iria ser conduzida: a convocação da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) em 1968⁴, e a realização do estudo encomendado pelo Clube de Roma ao Massachusetts Institute of Technology–MIT, no âmbito de um projeto intitulado “Dilemas da Humanidade” do qual resultaria a publicação do estudo “os limites do crescimento” em 1972, mesmo ano de realização da Conferência (Watts, 1972).

O impacto que esses dois eventos produziu foi bastante significativo, não só por colocar em discussão as consequências desastrosas que adviria da continuidade do modelo de desenvolvimento em curso, mas principalmente por destacar a impossibilidade de estendê-lo para outras sociedades, países e regiões nos mesmos moldes que vinha ocorrendo na Europa e nos EUA. A convocação da Conferência de Estocolmo colocou em movimento os interesses envolvidos na manutenção e difusão das políticas desenvolvimentistas⁵, tanto nos países do norte quanto do sul. É no campo de articulação de interesses e correlação de forças que se definiram na arena de Estocolmo que foram estabelecidos os marcos de sustentação de todo o edifício do Desenvolvimento Sustentável levantado posteriormente e legitimado em 1992 no Rio de Janeiro, como o *caminho* possível para o equacionamento das contradições entre desenvolvimento e questão ambiental.

Em que pese a força dos diferentes movimentos sociais, capitaneados pelas demandas ambientalistas e o papel que estas demandas desempenharam na composição do contexto que levou à convocação da Conferência de

Estocolmo, os resultados aí produzidos atestam a primeira e grande derrota desses movimentos, derrota que se aprofundou, sobremaneira, nas décadas posteriores, pela confluência de vários fatores – falência do socialismo real, reafirmação do neoliberalismo, hegemonia dos mecanismos da acumulação flexível (Havey, 1992) – que não é nosso objetivo aqui explorá-los.

O que importa é compreender que, no momento em que a crítica ambientalista ganhou força e suas demandas chegaram ao espaço de discussão capitaneado pelas Nações Unidas,

desencadeou-se uma movimentação de interesses que foi imprimindo estratégicos deslocamentos na forma como a problemática ambiental vinha sendo construída. *O foco da produção dos problemas ambientais foi deslocado do mundo industrializado e rico para as sociedades pobres e periféricas.* Os temas da poluição e dos efeitos danosos do desenvolvimento industrial foram cedendo espaço para os problemas decorrentes da pobreza. A visibilidade da problemática ambiental foi sendo concentrada em aspectos relacionados com a falta de desenvolvimento e não com as consequências deste (Machado, 2005, p. 20 – grifado no original).

As demandas até então formuladas pelos movimentos sociais vinculados ao sindicalismo (movimento basicamente centrados na oposição capital/trabalho) havia produzido uma demanda por equacionamento de problemas que foram sendo entendidos e construídos como *Questão Social*. A configuração do *Estado do Bem Estar Social* foi, em certa medida, produto da tentativa de equacionamento dessas demandas. Ocorre que, no âmbito da Conferência de Estocolmo (cujas discussões preparatórias se estenderam por mais de três anos!), o que vinha sendo compreendido como *Questão Social* foi paulatinamente sendo abordado como *problema ambiental*, ou seja, questões como pobreza, consequências da má distribuição de renda, estruturas inadequadas de saúde, educação, lazer, transporte, problemas relativos à precariedade das áreas urbanas e rurais, foram deslocadas da esfera do *social* para o *ambiental*.

As orientações produzidas durante a Conferência de Estocolmo foram sintetizadas em dois documentos finais: a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e o Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, onde são apresentadas 109 recomendações para a ação no âmbito internacional. O conteúdo geral desses documentos reafirma a necessidade de promover o crescimento econômico como mecanismo para ensejar possibilidades de equacionamento do que foi considerado o principal problema ambiental do planeta: a *falta* de desenvolvimento. De forma mais direta a promoção dos países subdesenvolvidos à condição de desenvolvido, foi definido como único caminho possível para a superação da pobreza e todas as mazelas dela decorrentes, agora compreendidos como o mais significativo problema ambiental da humanidade (Machado, 2005).

O que se quer evidenciar aqui é que a correlação de forças que fez emergir a questão ambiental não foi capaz de produzir ao, mesmo tempo, as condições políticas necessárias a um efetivo reordenamento no modelo de desenvolvimento hegemônico, que é, em diferentes aspectos (social, econômico e ambiental), insustentável. As orientações produzidas em Estocolmo fundaram os marcos delimitadores da maneira como a relação meio ambiente e desenvolvimento seria conduzida. Embora o conceito operante de Desenvolvimento Sustentável tenha sido enunciado posteriormente, o foi sob as determinações resultantes da movimentação de forças posta em curso a partir de Estocolmo.

O termo Desenvolvimento Sustentável fora empregado formalmente, pela primeira vez, no Informe da Comissão Brundtland em 1987. Na sua formulação mais geral apregoava um desenvolvimento que *garantissem as necessidades das gerações do presente e também a possibilidade das gerações futuras garantirem as suas*. Esse enunciado, mais do que um conceito, traduz uma aspiração, e se aproxima mais de um postulado de teor ético. Desde a formulação desse enunciado, uma vez estando já organizado o “canteiro de obras” (conforme já

nos referimos esse foi o produto da convocação da Conferência de Estocolmo), tem início a construção de toda a estrutura de fundação do edifício do Desenvolvimento Sustentável.

O Relatório Brundtland como ficou conhecido o documento *Nosso Futuro Comum* produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é sempre citado quando se faz referência à noção assumida como definição para o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mencionada acima. Repetem-se este postulado nos mais variados documentos, com os mais díspares objetivos e os interesses mais antagônicos, o que o faz soar quase como refrão de uma permanente cantilena que está sempre a servir de trilha sonora para a problemática ambiental, ou ainda um hino entoado pelos operários da Babel.

Esse enunciado é produzido no contexto de uma discussão política bastante consistente a respeito das relações de dominação estabelecidas entre países e regiões, intrinsecamente inerente ao modelo de desenvolvimento hegemônico, que é preciso, então, reorientar no sentido da sustentabilidade. Cabe aqui, portanto, recuperar o sentido político do trabalho da Comissão, aspecto que começou a ser esvaziado ainda na esfera das Nações Unidas – haja vista que o Relatório não foi sequer submetido à apreciação da Assembleia Geral, ato necessário para que fosse alçado à posição de documento oficial das Nações Unidas. Esse esvaziamento foi sendo aprofundado nos anos seguintes na dinâmica do processo social de apropriação discursiva seletiva e estratégica, no sentido posto por Foucault (2003, 1996). De maneira que já na Conferência Rio 92 o eixo da discussão proposta no *Nosso Futuro Comum* havia sido praticamente abandonado (daí o deslocamento do primeiro pavimento em relação à fundação a que nos referimos). Desta feita as discussões e proposições que poderiam dar contornos mais concretos às estratégias de promoção do Desenvolvimento Sustentável perdem força política, ao mesmo tempo em que a concentração do foco no aspecto ético alarga sua plasticidade.

Nesta perspectiva é que se podem compreender os mais diferentes agentes sociais abrigoando sob o Desenvolvimento Sustentável experiências as mais díspares e antagônicas.

Vejamos a seguir aspectos centrais do que se considera aqui o eixo do enfoque político que serviria de âncora às diretrizes gerais com vistas à promoção do Desenvolvimento Sustentável. Estas diretrizes acompanhavam e conferiam sentido ao enunciado ético dirigido à salvaguarda dos direitos das gerações futuras.

Desde já cabe ressaltar que a Comissão trabalhou a partir das demarcações já realizadas em Estocolmo. Ou seja, operou nos marcos da *Questão Ambiental* tomada como um problema de *falta de* desenvolvimento e não um problema *do* desenvolvimento. Sendo a pobreza a principal mazela ambiental do globo. A novidade e a potencia política está no reconhecimento de que essa pobreza é fruto do modelo de desenvolvimento hegemônico na ordem global e na necessidade de reorienta-lo. A produção de desigualdades não só no interior de regiões, estados e cidades, mas entre países é ressaltada como uma das características perversas do modelo que está sendo questionado. Alguns mecanismos desse processo de produção e reiteração de desigualdades, como o funcionamento do crédito e dos financiamento multilaterais, são reconhecidos e questionados. Vejamos, já com escusas pela extensa citação, o que diz a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CMMD (1987):

A deterioração ambiental (...) faz parte da espiral descendente do declínio econômico e ecológico em que muitas das nações mais pobres se vêem enredadas. Apesar de esperanças oficiais expressadas por todos, *nenhuma das tendências hoje identificadas*, nenhum programa ou política *oferece qualquer esperança real de estreitar a lacuna cada vez maior entre nações ricas e pobres* (1987, p.XIII).

Os governos e as instituições multilaterais tornam-se cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das questões relativas ao meio ambiente; (...) *A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo*. Portanto, é inútil tentar

abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional (p. 4).

(...) Esses países em desenvolvimento têm de atuar num contexto em que se amplia o fosso entre a maioria das nações industrializadas e em desenvolvimento em matéria de recursos, em que o mundo industrializado impõe as normas que regem as principais organizações internacionais, e em que esse mundo industrializado já usou grande parte do capital ecológico do planeta. *Essa desigualdade é o maior problema “ambiental” da Terra; é também seu maior problema de “desenvolvimento”* (p. 6).

Assim, os recursos naturais da América Latina não estão sendo usados para o desenvolvimento ou a melhoria dos padrões de vida, e sim para atender às exigências financeiras dos países industrializados, os credores. Essa forma de lidar com o problema da dívida suscita problemas de sustentabilidade econômica, política e ambiental. Pretender que países relativamente pobres ao mesmo tempo baixem seus padrões de vida, aceitem o aumento da pobreza e exportem quantidades cada vez maiores de recursos escassos a fim de manter a capacidade creditícia reflete prioridades que poucos governos eleitos democraticamente conseguiram tolerar por muito tempo. A situação atual não é compatível com o desenvolvimento sustentável (p. 81 – todos os grifos são meus).

Como se pode observar a Comissão propõe uma efetiva alteração nos mecanismos de reprodução do capital que, embora nenhuma ingenuidade permita pensar que serviriam de fato como orientadores de políticas por parte dos países economicamente hegemônicos, contém uma potência política que, dependendo da correlação de forças estabelecidas na esfera mundial, poderiam servir de guia aos setores sociais empenhados na implementação de práticas políticas emancipatórias. É justamente essa potência que leva o Secretário Geral (que havia proposto e encaminhado a criação da Comissão) a não submeter o Relatório produzido pela CMMD à apreciação da Assembleia Geral.

De outra parte, o contexto em que a Comissão trabalhou – 1984 a 1987 – o centro das preocupações estava voltado para a busca de soluções para a crise que grassava a economia mundial (a década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”). Foram essas preocupações que motivaram a proposição de

uma *agenda* capaz oferecer elementos a serem considerados nas políticas dos organismos multilaterais, preocupados com as consequências do aprofundamento da crise, sobretudo no que diz respeito à questão do peso do endividamento dos países subdesenvolvidos. Daí a proposta do PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ao ECOSOC – Conselho Econômico e Social (Nações Unidas) que resultou na constituição da CMMAD. No entanto, quando a década chega ao fim a saída para a crise já estava desenhada pelas políticas neoliberais, que pautariam nos anos seguintes a economia internacional, mesmo que variando em intensidades dependendo do correlação de forças internas a cada país.

É nesse contexto que se inserem os documentos produzidos na Rio-92, onde o esvaziamento dessa *potencia política* já se completa. A ação das orientações produzidas na Declaração do Rio e na Agenda 21, considerado o documento mais importante para orientar a construção do Desenvolvimento Sustentável, agregaram mais um pavimento no edifício do Desenvolvimento Sustentável, ou na Torre de Babel em que ele vem se configurando.

Se o pavimento projetado pela CMMD parecia exibir sinais de uma aparente solidez (anunciada enquanto potência política) conforme se buscou evidenciar, aquele desenhado na Rio-92 emerge cheio de rachaduras e visíveis dificuldades de sustentação. A fragilidade é estabelecida quando o livre mercado é colocado como espécie de laje de sustentação para das possibilidades de equacionamento da Questão Ambiental e da construção do Desenvolvimento Sustentável. Todas as orientações ali presentes estão dirigidas para a eliminação de barreiras ao funcionamento do livre mercado.

Há uma reafirmação da pobreza como elemento central da problemática ambiental, mas o foco principal é dirigido para uma espécie de ode ao liberalismo econômico. Historicamente esses pressupostos já haviam demonstrado antes sua capacidade de concentrar riquezas; segregar pessoas, comunidades, regiões, países; degradar habitat, biomas, recursos, vidas, ou

seja, sua insustentabilidade. A receita contida na Agenda 21 para promoção do Desenvolvimento Sustentável se contrapõe à estrutura estabelecida anteriormente pelo Relatório Brundtland. Como prescreve o documento é preciso:

a) Eliminar as barreiras ao progresso decorrentes de ineficiências burocráticas, os freios administrativos, os controles desnecessários e o descuido das condições de mercado; b) abrir espaço para a atuação de instrumentos econômicos adequados, inclusive mecanismos de mercado, em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável e da satisfação das necessidades básicas; c) eliminar as atitudes contrárias às exportações e favoráveis à substituição ineficiente de importações e estabelecer políticas que permitam um pleno aproveitamento dos fluxos de investimento externo, no quadro dos objetivos nacionais sociais, econômicos e do desenvolvimento; d) promover um ambiente econômico interno favorável a um equilíbrio ótimo entre a produção para o mercado interno e a produção para exportação (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 25).

A centralidade do livre mercado faz deslocar o edifício em relação à sua base. Conforme se busca aqui argumentar, o primeiro pavimento tem suas paredes levantadas sobre a laje do livre mercado, laje esta que vai suportar ainda os dois pavimentos subsequentes, o que se ergueu a partir das Conferências do Rio +10 realizada em Johannesburgo e o do Rio + 20 realizada novamente no Rio de Janeiro.

Nessas duas últimas Conferências não houve modificações significativas nas orientações gerais anteriores. O sentido continua sendo o de transferir ao Mercado a tarefa de equacionar desenvolvimento e meio ambiente. A Torre tem sua altura ampliada. No entanto, os dois pavimentos que são agregados se mostram mais estreitos, e de paredes mais finas. A sustentação é, pois, ainda mais precária, além de o peso forçar e acentuar a feição já pensa do todo. A dinâmica social, em sua diversidade de interesse, linguagens e conflitos, desde a montagem do canteiro de obras – não cessou o processo de construção do Desenvolvimento Sustentável, novas camadas são agregadas aos pavimentos já erguidos, marquises sustentam novas edículas, uma multidão de profissionais

– engenheiros das mais variadas especialidades, sociólogos, filósofos, biólogos, antropólogos, economistas, advogados, administradores, políticos, etc. – é mobilizada para ajudarem nessa construção.

Na Babel do Desenvolvimento Sustentável, a contradição que se estabelece parece desconectar as bases do edifício de seus sucessivos pavimentos, que vão sendo alargados e ampliados, resultando numa construção cujos pontos de apoio estruturais vão ficando cada vez mais frágeis e corroídos. Essa contradição parece gerar não só a fragilidade e aparência caótica do conjunto, mas dificultar também que se encontre uma linguagem capaz de fazer inteligível a relação metabólica entre sociedade e natureza, cuja compreensão poderia dar sentido e produtividade aos esforços empreendidos na perspectiva de construir caminhos para outro mundo possível. A fim de compreender a contradição que se estabelece entre a base e o restante do edifício, bem como entre o projeto e a obra, a seguir finalizaremos olhando um pouco mais de perto alguns pontos onde as rachaduras brotam.

1. Limites estruturais: a fragilidade do edifício

Como estamos tentando olhar um pouco mais de perto as trincas estruturais, nosso olhar não pode se dirigir aos pavimentos superiores da Torre, mas deve mirar as bases. Nesse sentido, tomemos como referência as proposições que guardam relações com as orientações produzidas a partir da fundação sedimentada em Estocolmo e sob a qual foi erigido o pavimento térreo. Vamos considerar o que de mais emancipatório se produziu, uma vez que propunha o estabelecimento de práticas voltadas à reorientação do modelo de desenvolvimento hegemônico no seu conjunto.

As orientações que constituem o cerne do Desenvolvimento Sustentável proposto em *Nosso Futuro Comum* apontam no sentido do questionamento de

um determinado padrão de relação homem/natureza característico do modelo de desenvolvimento que se consolida a partir da revolução industrial, modelo este que produziu um imenso fosso entre ricos e pobres. A sustentabilidade passaria pela superação da pobreza, pela satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação, pelo estabelecimento de novos padrões energéticos, pelas inovações tecnológicas capazes de amenizar a degradação. Este questionamento, em essência, está dirigido à economia capitalista e sua crescente globalização. Nesse sentido, a impossibilidade de manter o padrão de desenvolvimento atual não estaria vinculada somente aos seus limites ambientais (degradação e uso irracional dos recursos não renováveis), mas também, ao seu caráter desigual, segregador, e socialmente injusto. Até aqui parece que há um consenso. Conforme explicita GUIMARÃES, parece que estamos diante de *uma proposta de engenharia social sem contrapartida nas lutas sociais, evidenciada pela aparente ausência de conflitos entre a base social do estilo [de desenvolvimento] dominante e os interesses dos atores sociais supostamente portadores das propostas de sustentabilidade* (1997: 29).

No entanto, quando a questão se desloca para a prática social, principalmente em se tratando das organizações governamentais internacionais, a tão propalada busca da sustentabilidade desemboca no já batido receituário neoliberal prescrevendo programas de ajuste estrutural, de redução de gasto público e de maior abertura em relação ao comércio e aos investimentos estrangeiros (GUIMARÃES, 1997). As dificuldades de concretização de projetos que buscam a superação destes problemas apontam os limites do Desenvolvimento Sustentável enquanto alternativa que se coloca no âmbito do *establishment*, ou seja, no âmbito das instituições pertencentes ao modelo que se quer superar e remete à necessidade de diferenciar *atores e interesses* de maneira mais precisa.

Esta diferenciação é uma questão essencial na reflexão acerca das possibilidades de se construção de um modelo de desenvolvimento onde a

sustentabilidade, entendida não só em termos do uso racional dos recursos naturais, mas também em termos da superação das desigualdades socioeconômicas, possa ser colocada em movimento. Não se trata aqui de identificar atores e interesses de projetos específicos que visam o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de aproximações teóricas acerca da possibilidade de um modelo de desenvolvimento assentado na sustentabilidade.

Neste sentido, parte-se de uma provocação formulada por GUIMARÃES a essa problemática da identificação de atores. Em uma aproximação que ele classifica como de caráter “lógico formal” ele propõe como possibilidade de abordagem a utilização dos fundamentos econômicos do processo produtivo: capital, trabalho e recursos naturais. Considerando que historicamente cada um destes contou com uma base social diretamente vinculada ao seu desenvolvimento, argumenta que *um dos principais desafios da sustentabilidade resume-se, por conseguinte, à inexistência de um ator cuja razão de ser social sejam os recursos naturais* (1997: 27).

Penso que remeter a questão para os fundamentos do processo produtivo abre realmente uma possibilidade de nos aproximarmos da questão, mas daí num exercício de lógica linear relacionar as dificuldades (ou desafio) de se construir um Desenvolvimento Sustentável à inexistência de um ator cuja razão de ser social esteja nos recursos naturais me parece um equívoco.

O instrumental teórico que centra a sua análise nos fundamentos do processo produtivo e sob o qual estão assentadas as bases da questão formulada por GUIMARÃES é o Marxista, e é a partir dele, então, que se deve buscar discutir as possibilidades de identificação de quais são ou seriam os atores privilegiados na construção do desenvolvimento sustentável.

Para Marx a compreensão de qualquer sociedade humana passa pela compreensão da *forma* como essa sociedade se relaciona com a natureza, porque é através dessa relação que é possível ao homem se reproduzir

enquanto espécie. A existência de natureza e homens é o primeiro pressupostos de qualquer forma de organização social humana. Pois para existir os homens precisam se alimentar, vestir, morar, etc. e para isso precisam se apropriar da natureza, precisam produzir os meios materiais de sua existência. Portanto o esforço a ser empreendido é no sentido da compreensão do modo – que é sempre social – como a natureza é apropriada. Ou seja, a história do homem é construída através da sua relação com a natureza e da relação dos homens entre si nesse processo de apropriação⁶. É a forma que essa relação assume histórica e socialmente que deve ser investigada, pois é esse o elemento variante⁷.

Neste sentido não é possível falar, se não como abstração, de uma produção⁸ em geral. Há sempre que se ter em mente os condicionantes históricos a serem considerados em cada sociedade específica. Para Marx ao nos referirmos à produção temos imediatamente que explicitar de que produção determinada se está falando. Ele afirma: *as determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos.* (1987: 5).

Aqui se evidencia o cerne do equívoco presente na questão que GUIMARÃES propõe. “Recursos Naturais” são os elementos da natureza apropriados pelo homem em determinadas condições históricas⁹ e transformados através de um determinado processo produtivo (que envolve um determinado grau de desenvolvimento técnico e também determinadas relações sociais) para satisfazer as suas necessidades e garantir a reprodução da espécie. Sendo este o pressuposto da existência de qualquer tipo de sociedade – desde que o homem apareceu sobre a face da terra até os dias atuais – é, pois nessa perspectiva, a razão de ser de todos os atores sociais em todos os tempos. Assim, não faz sentido colocar a falta do ator social cuja razão de ser seja os

recursos naturais como desafio para se construir um desenvolvimento que seja sustentável, uma vez que ele é a razão de ser de todos os atores, sejam eles considerados enquanto indivíduos ou classe.

Evidenciado o equívoco em relação aos recursos naturais como elemento fundante de uma classe social específica, a possibilidade do exame da problemática do Desenvolvimento Sustentável no geral, e da distância que se observa entre o que é proposto e a efetivação de ações com esse objetivo, em particular, passa sim pelo embate dos atores/classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista, pelo que Marx chamou de *luta de classes*. Mas compreender em que medida as proposições para a construção do Desenvolvimento Sustentável afeta os padrões de reprodução do capital que até agora se impuseram, de acordo com os pressupostos teóricos aqui referenciados, um caminho mais fecundo para identificar os interesses de classe que estão em jogo.

Nesse sentido, interessa aqui, um dos aspectos centrais no processo de produção e reprodução do capital do qual decorre, se não todos, ao menos a grande parte dos problemas apontados como indicadores de falta da sustentabilidade do modelo atual, qual seja a produção da desigualdade. Conforme afirma Smith, a produção da desigualdade é um *produto sistemático do desenvolvimento capitalista anterior e a premissa fundamental do futuro do capitalismo* (1984: 222).

O modo de produção capitalista tem sua gênese assentada em uma desigualdade econômica básica entre aqueles que possuem a propriedade dos meios de produção e os que possuem somente força de trabalho. Essa separação foi produzida historicamente e tem sido reproduzida como condição *sine qua non* da continuidade do sistema¹⁰. O capitalismo, na definição de Lenin, *é a produção de mercadoria no grau mais elevado de seu desenvolvimento, onde a própria força de trabalho se torna mercadoria*. (1974: 81).

Da desigualdade no processo de produção decorre a desigualdade no processo de apropriação. Enquanto o capitalista se apropria do lucro (que é a mais valia realizada) o trabalhador recebe o salário. De maneira que embora as riquezas sejam socialmente produzidas a apropriação acontece de maneira privada. O capitalista, enquanto *persona* do capital é que irá figurar no processo como legítimo dono das riquezas produzidas. Essa legitimidade é dada pelo aparelho de estado e pelo crescente distanciamento entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. Este distanciamento é um dos aspectos do que Marx chama de o fetiche da mercadoria. Além disso, vários elementos da cultura são reordenados no cotidiano funcionando como elemento de naturalização da desigualdade constantemente recriada (o ideário neoliberal trabalha nesse sentido na medida em que transfere para o mercado a condição de sujeito do processo, retirando o foco da ação humana orientada para manutenção dos interesses da classe hegemônica).

A divisão do trabalho, embora não seja exclusividade do modo de produção capitalista, neste ela é progressivamente desenvolvida, uma vez que o aumento da produtividade do trabalho é fundamental para potencializar a produção do excedente a ser apropriado pela classe detentora do capital. A divisão social do trabalho se constitui no fundamento geral de toda produção de mercadoria.

No entanto, é preciso ter em mente que o processo de produção só se completa com o consumo. Somente quanto a mercadoria é consumida a *mais valia* se realiza e o capital pode reiniciar o ciclo da acumulação. É esse aspecto que o torna na gênese imperialista. A economia global que hoje se configura nada é expressão do movimento de reprodução do capital. Marx chamou atenção em diferentes oportunidades para essa tendência inexorável do capital.

O capital por um lado deve tender a destruir toda barreira espacial oposta ao comércio, isto é, ao intercâmbio, e a conquista de toda a Terra como um mercado, por outro lado, tende a anular o espaço por meio do tempo, isso é reduzir a um mínimo o tempo tomado pelo movimento de

um lugar a outro. Quanto mais desenvolvido o capital, quanto mais extenso é portanto o mercado em que circula, mercado que constitui a trajetória espacial de sua circulação, tanto mais tende simultaneamente a estender o mercado e uma maior anulação do espaço através do tempo. (...) aparece aqui a tendência universal do capital, o que o diferencia de todas as formas anteriores de produção. (Marx, 1986:138)

Da mesma forma que a divisão do trabalho no interior da produção tende a se aprofundar, observa se também uma divisão de trabalho entre regiões.¹¹. Essa divisão do trabalho entre regiões expressa em termos espaciais a necessidade da desigualdade para garantir a continuidade do processo de reprodução do capital. Uma diferenciação que tem se tornado cada vez mais visível à medida que o modo de produção vai desenvolvendo todas as suas potencialidades (os mecanismos de extração de riquezas que o capital financeiro engendra em diferentes regiões do globo é um exemplo) e desta maneira redefinindo a forma de inserção desses espaços, dessas regiões, em uma economia cada vez mais mundial.

A diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social que é a verdadeira definição do capital: a relação entre capital e trabalho. À medida que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital. A história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e se expressa na paisagem. (Smith, 1984: 217)

Se, de um lado, a (re)produção do capital assenta-se na (re)produção da desigualdade, de outro, ela produz uma homogeneização (na medida em submete à lógica da reprodução) nos espaços por ela subjugados, o que instaura uma contradição no cerne das suas condições de reprodução. O capital se reproduz sob o signo da diferença, mas ao se reproduzir ele homogeneiza os espaços e impõe limites à continuidade do processo naquelas

mesmas condições anteriores e, por isso, necessita sempre incorporar novos espaços, ou recriar no interior homogeneizado novas desigualdades e, portanto novas possibilidades e condições para a sua reprodução.

Oliveira (1981) toma como exemplo ilustrativo desse processo a economia dos EUA. Internamente se observa uma exacerbação da homogeneização – parece que todas as regiões compartilham o mesmo padrão de desenvolvimento econômico e social, e esse fato determina a forma da relação possível entre essa “região” já homogeneizada e as demais. Assim afirma: *a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa, na maioria das vezes, não apenas aproveita das diferenças regionais reais como as cria para seu próprio proveito* (p. 28). É esse processo que ele chama de *reposição dos pressupostos* da produção capitalista (1977).

Trazendo a questão para o contexto atual não seria esse – o processo de reprodução dos pressupostos – o resultado da ação sistemática das organizações financeiras internacionais, incluindo o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, à medida que, através do capital financeiro, repõem constantemente a desigualdade entre regiões, sendo estas entendidas enquanto níveis diferenciados de inserção no processo mais amplo de reprodução do capital?

Claro que nesse processo de reprodução do capital alguns elementos, antes centrais na garantia da maximização dos lucros, têm sido superados ou substituídos como, por exemplo, a necessidade de um exército industrial de reserva como elemento regulador do preço do trabalho (salário). Hoje já é possível falar em uma “nova exclusão”, que se corporifica na produção histórica da categoria dos desnecessários economicamente:

O princípio é simples: cada vez mais há necessidade de menos pessoas para assegurar a reprodução ampliada da sociedade. Com esta revolução inicia-se o processo de substituição (e ampliação) da inteligência. (...) Com a

automação, a telemática, a biogenética e os novos materiais, entre outros, um contingente humano cada vez maior será dispensável ao processo produtivo, aumentando a desigualdade social (...). (Nascimento, 2000: 69)

Outro aspecto novo diz respeito ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação¹² e do setor de serviços que se criou ao seu redor, fazendo emergir de forma qualitativamente diferente o chamado trabalho imaterial. De acordo com Hardt e Negri, agora,

A maioria dos serviços de fato se baseia na permuta contínua de informações e conhecimentos. Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. Um lado do trabalho imaterial pode ser reconhecido numa analogia com o funcionamento de um computador. O uso cada vez mais amplo de computadores tende progressivamente a redefinir as práticas e as relações sociais (2001: 311).

No entanto, todas essas transformações não afetam o cerne do modo de produção, ele continua sendo um modo de produção de mercadorias assentado na produção e reprodução da desigualdade.

Ademais o domínio do capital financeiro, que os investimentos do pós II Guerra enunciaram como uma tendência, tem se consolidado cada vez mais como a forma predominante dentre os mecanismo da acumulação. O efeito mais notável desse movimento do capital pode ser observado nas sucessivas (e cada vez mais profundas) crises em que frequentemente se vem mergulhada a economia mundial. De outra parte, as economias latino-americanas permanecem engessadas em uma logica de crescimento econômico que se frustra reiteradamente diante da sangria constante de riquezas através do pagamento de dívidas¹³ contraídas sob as condições impostas pelas organizações financeiras internacionais. Cada vez menos o Estado-nação tem condições de se colocar como instrumento de mediação dos de interesses locais no funcionamento da ordem mundial. A globalização da produção e circulação,

apoiada nessas instituições supranacionais prescinde progressivamente das estruturas jurídicas nacionais.

A crise ambiental que tende a se radicalizar – nesse sentido, podemos considerar a emergência dos chamados problemas ambientais globais e também as daí decorrentes dificuldades em equacioná-los, haja vista os embaraços no encaminhamento da ratificação e cumprimento das metas estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto – é o resultado do movimento histórico de expansão/acumulação do capital. O consumo irracional da natureza (ou a sua degradação) não pode ser desvinculado do padrão de desenvolvimento sob o qual essa expansão se assentou e que se buscou até aqui sublinhar.

Se, inicialmente, os limites físicos da natureza¹⁴ (enquanto espaço a ser apropriado) pode ser vislumbrado como um limite real a essa expansão da acumulação e, portanto, a barreira intransponível sob a qual sucumbiria o imperialismo, uma análise menos apressada aponta para outras conclusões.

Como analisam Hardt e Negri, diante da impossibilidade de uma reprodução *extensiva*, na medida em que ponha sob seus domínios todos os espaços o capital volta-se para uma reprodução *intensiva* baseado na produção da natureza a partir da tecnologia. Nas palavras desses analistas:

Estágios anteriores da revolução industrial introduziram bens de consumo feitos por máquinas, e depois máquinas feitas por máquinas, mas agora no vemos diante de matérias-primas e gêneros alimentícios feitos por máquina – em resumo, natureza feita por máquina e cultura feita por máquina. (...) Enquanto a acumulação atual se baseia na subordinação formal do ambiente não capitalista, a acumulação pós moderna baseia-se na subordinação real do próprio terreno capitalista. Essa parece ser a resposta capitalista real à ameaça de “desastre ecológico”, uma resposta voltada para o futuro. (2001:292/3)

Em síntese, o sistema capitalista, tem encontrado ao longo de sua trajetória histórica mecanismos que ajudam a reordenar crises, criando e recriando novas condições de permanência. Sua lógica geral assenta-se na

produção de sociedades insatisfeitas (Heller, 1998), que são criadas e recriadas a partir da produção e circulação de mercadorias, da produção e reprodução de desigualdades. Na lógica da produção do lucro e não na da produção de suficiências. O desenvolvimento é inerente a esta lógica. Esta é a contradição que cinde na base a proposição de reordenar as desigualdades e ao mesmo tempo manter a lógica do desenvolvimento.

Recoloquemos agora a questão inicialmente formulada em termos de limites à efetivação de políticas capazes de reordenar a lógica do modelo de desenvolvimento dominante. Ou seja, a partir do exame das articulações políticas necessárias para a operacionalização dos pressupostos necessários à efetivação do Desenvolvimento Sustentável a intenção é tornar visível a contradição que corroi as possibilidades de que essas orientações possam ser convertidas em ações, sem que intensos conflitos sejam produzidos e sem que as trincas estruturais nesse edifício se aprofundem. A imagem da Torre de Babel ganha ainda mais sentido quando recordamos que ela objetivava atingir o céu, que no nosso edifício corresponderia ao ideal onde o desenvolvimento sustentável cumpriria esse mesmo objetivo ao almejar conciliar o ritmo de resiliência da natureza com o ritmo necessário à satisfação de sociedades insatisfeitas.

Examinemos um pouco melhor os pressupostos da sustentabilidade. Para isso são tomadas como referências as considerações de GUIMARÃES (1997), apresentadas no quadro a seguir. Fato que se justifica por serem elas aqui consideradas representativas daqueles que vêm no Desenvolvimento Sustentável uma possibilidade de não ser simplesmente um “esverdeamento” do modelo de desenvolvimento atual, mas uma possibilidade de viabilizar a *transição* para outro modelo de desenvolvimento e de sociedade – a torre como instrumento de produção de meios para se atingir esse outro desenvolvimento. E ainda pela questão da operacionalização desses pressupostos estarem no centro da discussão que ele propõe.

Dimensões da Sustentabilidade	Operacionalização (critérios de Política)
<i>Sustentabilidade planetária:</i> reversão dos processos globais de degradação ecológica e ambiental.	Envolve política integradas em cinco áreas: 1) redução na emissão de gases que contribuem para aquecimento da atmosfera; 2) redução das taxas atuais de desmantelamento; 3) substituição nos processos produtivos dos compostos químicos que destroem a camada de ozônio; 4) redução das taxas atuais de extinção de espécies e preservação de habitats críticos para manutenção de patrimônio biogenético do planeta; 5) reconversão da matriz industrial, científica e tecnológica.
<i>Sustentabilidade ecológica:</i> conservação e uso racional do estoque de recursos naturais incorporados às atividades produtivas.	1) Para os recursos renováveis: a taxa de utilização deveria ser equivalente à taxa de recomposição do recurso. 2) Para os recursos não renováveis: a taxa de utilização deve equivaler à taxa de substituição destes mesmos recursos no processo produtivo, durante o período de tempo previsto para seu esgotamento
<i>Sustentabilidade ambiental:</i> manutenção da capacidade de carga dos ecossistemas (capacidade de resiliência).	1) As taxas de emissão de efluentes das atividades produtivas devem equivaler às taxas de regeneração, as quais estão determinadas pela capacidade de recuperação do ecossistema. (p. 33) 2) A conversão industrial com ênfase na redução da entropia e privilegiando a conservação de energia e o uso de fontes renováveis.(via instrumentos econômicos).
<i>Sustentabilidade demográfica:</i> relaciona-se à capacidade de suporte da natureza. Problematisa as duas anteriores ao incluir como critério de política pública os impactos da dinâmica demográfica tanto nos aspectos de gestão de base de recursos naturais como de manutenção da capacidade de carga ou de recuperação dos ecossistemas.	Dependerão da situação específica -- tanto do ambiente como da causa da ameaça. Pode estar relacionadas a distribuição espacial ou aos molde do vínculo entre taxas de crescimento demográfico e taxas de crescimento econômico, por exemplo.
<i>Sustentabilidade cultural:</i> reconhece que a base do desenvolvimento reside na manutenção da diversidade em seu sentido mais amplo e dirige-se portanto à integração nacional ao longo do tempo.	Envolve a garantia de: 1) direitos constitucionais das minorias; 2) introdução de incentivos e direitos de conservação agrícola (p. 36).
<i>Sustentabilidade social:</i> tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida (especialmente nos países periféricos).	1) justiça distributiva para os bens e serviços; 2) universalização da cobertura para políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social.(política compensatórias) 3) Política de reinserção das economia Latino Americanas na nova divisão internacional do trabalho. 4) Deve-se privilegiar os mercados nacionais e a complementaridade regional entre eles, no sentido de: * aumentar a produção e a produtividade; * produzir mudanças significativas tanto na estratificação social como nas relações entre cidade e campo. 5) E ainda: o desenho de políticas tributárias que promovam a redistribuição de recursos nacionais do centro à periferia. (p. 38)
<i>Sustentabilidade política:</i> relaciona-se ao processo de construção da cidadania e busca garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.	1) no aspecto micro, a democratização da sociedade; 2) No aspecto macro, a democratização do Estado;
<i>Sustentabilidade institucional:</i> projeta as dimensões sociais e políticas da sustentabilidade em seus conteúdos macros.	O sistema impositivo deve modificar suas base do trabalho e do capital e passar a nortear-se pela “carga ambiental.” Como exemplos o autor cita: impostos sobre emissão de CO ₂ e sobre o consumo de combustíveis fósseis.

Examinando cada uma das dimensões da sustentabilidade e suas respectivas possibilidades de operacionalização sintetizadas no quadro acima, e considerando o padrão de reprodução do capital é possível identificar os elementos indicadores dos conflitos de interesses em torno do Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, observemos, por exemplo, as três dimensões, onde esses conflitos são mais visíveis, a da sustentabilidade ecológica a da sustentabilidade planetária e da sustentabilidade social.

Nessas três esferas, penso que é mais evidente o aparente consenso e plasticidade da noção de desenvolvimento sustentável. Não é difícil perceber que qualquer tentativa no sentido de operacionaliza-las traz à tona suas contradições (o que estamos chamando de trincas estruturais). Ou seja, torna evidente que a conquista da sustentabilidade envolve uma reordenação do *modus operandi* do sistema capitalista. Implica *reordenar sua lógica reprodutiva*. Implica superá-lo. Dizendo de outro modo, as trincas estruturais se estabelecem quando se pretende construir o desenvolvimento sustentável em terreno capitalista.

Consideremos, pois a sustentabilidade ecológica. Não é necessário empreender grande esforço para concluir que a taxa de acumulação do capital não pode ser orientada no sentido proposto, sem que o cerne do processo de reprodução seja comprometido. O ritmo de transformações necessárias para que a acumulação se mantivesse constante – possibilidade que por si já foge à lógica do capital – o tempo de recuperação da natureza não poderia ser respeitado. Em relação aos recursos não renováveis o capital já começa – através do desenvolvimento científico tecnológico – se movimentar no sentido da sua paulatina substituição. Mas a necessária “poupança” desses recursos (até que a substituição seja possível e viável economicamente) será feita à custa do alijamento cada vez maior de uma parcela da população do consumo desses recursos ou das mercadorias deles advindas. Ou seja, a restrição do acesso a

esses “bens escassos” será revertida em favor do capital, servindo ainda de mais um mecanismo na reprodução das desigualdades sociais.

Em se tratando da sustentabilidade planetária o que se tem observado é que um dos poucos problemas tratado com eficiência e rapidez foi o controle da emissão de gases CEFC. Mas contou a favor o fato da produção desses tipos de gases utilizados industrialmente estar sob o controle de um único conglomerado (Dupot) e ter sido esse mesmo conglomerado o produtor da tecnologia de fabricação de um gás substitutivo. No geral, mesmo quando os efeitos atingem a todos indistintamente, ricos e pobres, eles não afetam da mesma forma. Tem se constituído um filão promissor para a indústria a produção de meios capazes de mitigar os danos causados pelas mudanças ambientais globais, uma vez que da perspectiva do capital é mais viável controlar os efeitos do que as causas. Além disso, o acesso a esses bens vai funcionar como mecanismo de recriação de desigualdades.

Consideremos, ainda, as possibilidades da sustentabilidade social. Observa-se que todas as estratégias operacionais passam pela busca da minimização das desigualdades, sejam culturais, econômicas ou sociais. Vimos, pois que a lógica de reprodução do capital está fundamentalmente assentada na produção e reprodução de desigualdades. Somente a igualdade jurídica (formal) é compatível com a produção e realização de valor no capitalismo. Minimizar as desigualdades, no entanto é possível, sem o capital mude em sua essência. Muitas vezes, isso pode significar um novo fôlego. Se não na perspectiva do aumento da parcela de consumidores (aspecto que vem sendo relativizado mediante a expansão intensiva e não extensiva), ao menos no sentido do afrouxamento das pressões sociais por uma inclusão no sistema.

No entanto quaisquer medidas efetivas no sentido de minimizar as desigualdades estruturais do sistema continuarão sendo realizadas, a depender da lógica do capital, de maneira periférica. Desta forma conclui-se que as medidas com vistas à sustentabilidade só podem ser consensuais enquanto

proposições. Na esfera política elas envolvem embates, conflitos e disputas acirradas. Na arena social elas serão objetos de disputas entre classes. Entre interesses antagônicos. As dificuldades de implementação de projetos e ações no sentido da operacionalização de qualquer que seja a dimensão do Desenvolvimento Sustentável é a face mais visível da fragilidade dessa obra, ou como já foi dito das fissuras nesse edifício.

Conforme lembrou HARDT e NEGRI, embora as críticas marxistas do Imperialismo e da expansão capitalista estejam direcionadas para os aspectos essencialmente econômicos, ela entende que os interesses em jogo são essencialmente políticos. *Isso não significa que os cálculos econômicos (e as críticas a eles) não devam ser levados a sério; significa, antes, que as relações econômicas precisam ser consideradas da forma como realmente se articulam no contexto histórico e social, como parte das relações políticas de mando e dominação.* (2001: 248).

2. Mudança e permanência, ainda sobre tormentas

Talvez a Torre continue recebendo pavimentos, o da Rio + 30, +40, + 50, até que não suportando mais o peso sobre as estruturas cindidas ela finalmente desabe. E retomando Pondé, sejamos levados a observar com ele que, *muitos séculos depois, um deserto tomou conta do lugar onde antes existia a gloriosa Babel. Lagartos e ratos caminhavam livres e felizes. Como nos diz Oakeshott, ao invés de construirmos nossas belas casas nos jardins dos campos eliséos “logramos apenas ampliar as fronteiras do inferno”* (2008, p.43).

Mas pode ser também que a torre desabe porque no processo de tentar erguê-la, muitos dos grupos arregimentados para trabalhar na obra tenham percebido que o paraíso continuava acima do topo, por mais que este fosse

elevado, ele se movia sempre para mais longe do topo. E começaram a recordar que, sem a torre ele parecia mais próximo de ser atingido e começaram a trabalhar na sua demolição.

Podemos imaginar muitos outros destinos para a Babel que temos construído. Para os que acreditam que ela não pode se manter de pé por muito tempo e que sua ruína provavelmente não seja suficiente para por fim a nossa maldita obsessão pelo paraíso, Bruno Latour (2004), diria que precisamos com urgência resignificar e reconstruir o sentido da política – enquanto articulação de relações de poder entre sociedades e naturezas, mediadas pelas ciências. Mas este é assunto para outra oportunidade, ou tormentas futuras.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: OTHER BABEL?

Abstract

The aim of this article is to discuss the central elements of the propositions that seek to build the Sustainable Development as a model suited to address the contradictions between environmental stress and the satisfaction of the needs of present and future generations. The more general analytical argument is centered on understanding that the Sustainable Development seeks to update the promise – founder of modernity – that the human emancipation relative to satisfying the “reign of necessity” would be achieved through economic and social development, settled upon the progress of science and technology. Taking as a reference the biblical mythology of the construction of the Tower of Babel, the focus of the discussion was directed to the elements which constitute the contradictions that gave way to the updating of that promise of happiness, as well as the limits of the means presented as appropriate to its fulfillment. When reflecting about the promise that moved the building of the mythical Tower of Babel, which seems to also support the building of its contemporary version, one can reflect on how we move inside the construction site that is still in operation.

Keywords: Development. Sustainability. Emancipation. Environmental issues.

Notas explicativas

¹ A principal referência à Torre de Babel é a passagem do Livro do Genesis que narra a tentativa da construção de uma torre que levasse os homens ao céu, ou seja, ao encontro de Deus. De acordo com a narrativa bíblica, havia entre os homens, na terra, uma única língua, mas ao ousar fazer tal obra sem a ajuda de Deus, Este castiga os homens criando uma confusão de línguas que impossibilita que eles compreendam uns aos outros. Logo a construção da planejada Torre vai se convertendo em uma disforme construção. Existem várias representações acerca da imagem que teria a Torre (para exemplos que vão desde artistas renascentes aos atuais, entre pinturas, grafuras, iluminuras, instalações e filmes, cf: Duque de Bedford/1405-1435; Pieter Bruegel/1525-1569; Hendrick van Cleve/1525-1589. Joos de Momper/1564-1635; Gustave Doré/1832-1883; Fritz Lang/1890-1976; Ridley Scott/1937; Marta Minujín/1943). As referências à torre tem inspirado, de outra parte, variadas apropriações metafóricas, como por exemplos, cf.: PONDÉ, Luis Felipe (2008). O voo do corvo sobre os jardins da torre de babel. In, *IDE psicanálise e cultura*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise, 31(47), 37-43. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (2007). Efeito torre de babel: entre o núcleo e o campo de conhecimentos e de gestão das práticas: entre a identidade cristalizada e a mega-fusão pós-moderna. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva/Abrasco, 12(3):566-585. VILAÇA, Helena (2006). *Da Torre de Babel às Terras Prometidas — Pluralismo Religioso em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. Oakeshott, M. (1991). The Tower of Babel. In M. Oakeshott, *Rationalism in politics and other essays* (pp. 465-487). Indianapolis: Liberty Fund.

² Esta crise tem sido caracterizada, sob diferentes perspectivas analíticas, como crise do paradigma epistemológico moderno. Algumas abordagens evidenciam as consequências dessa crise na operação da noção de desenvolvimento. De um modo geral, podem ser consultados como uma boa amostra da discussão, entre outros: Santos (1997, 2001) Harvey (1992) Giddens (1991) Escobar (2005) Mignolo (2007, 2008), Touraine (1999), Wallerstein (2002), Latour (1994), Stengers (2002) Norgaard (1994).

³ McCormick (1992) discute de forma detalhada uma série de eventos que contribuíram para a composição do clima de insatisfação reinante na Europa e nos EUA a partir do início dos anos de 1960, incluindo aí nas manifestações pacifistas impulsionadas pela Guerra do Vietnã.

⁴ A convocação da Conferencia Mundial Sobre Meio Ambiente Humano foi decorrência de uma representação feita pelo governo da Suécia junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que tratava da preocupação daquele governo com os efeitos da precipitação de chuvas acidas sobre seu território, evidenciadas tanto na elevação do ph das terras de cultura agrícola,

quanto na crescente mortalidade de peixes nos diversos lagos da Escandinávia (Nellissen, 1997).

⁵ A indução, promoção e apoio de projetos desenvolvimentistas foi uma prática estabelecida como política de Estado pelos governos norte americanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi convertida em importante instrumento na manutenção de suas áreas de influência na América Latina, ganhando mais atenção no contexto de acirramento da Guerra Fria. A respeito do Desenvolvimentismo, consultar a obra seminal: Escobar, Arturo (1998). *La Invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma.

⁶ “A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente”. (Marx e Engels, 1977: 24).

⁷ É neste sentido que Marx busca compreender o Modo de Produção e em torno deste conceito constrói todo um conjunto de categorias que articuladas compõem o escopo do materialismo histórico enquanto método de investigação.

⁸ Produção é o processo pelo qual o homem se apropria da natureza, transformando-a através do trabalho, para satisfazer as suas necessidades. Marx utiliza a expressão metabolismo para se referir a esse “processo de trabalho que se passa entre homem e natureza, e com a qual caracteriza todas as formas de desenvolvimento”. (Schmidt, 1977: 242)

⁹ Quando qualquer elemento da natureza é apropriado para satisfação de qualquer de seja a necessidade humana ele deixa de ser natureza para ser recurso produtivo. Os recursos são pois definidos pelo grau de desenvolvimento da técnica e das relações sociais por ela engendrada. Logo como afirma Milton Santos, *se são recursos não são naturais, se são naturais não são recursos*. (2000: 19)

¹⁰ “A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho (...). Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social.” (Marx, 1980:189).

¹¹ “Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (...). Claro está que não se pensa em uma tipologia de ‘regiões’ caracterizada por sua vez por uma tipologia do capital; (...) é evidente que as

diversas forma de reprodução do capital nunca se apresentam nem em ‘estado puro’ nem isoladas, mas sem nenhuma dúvida existem estágios em que há uma sobredeterminação principal da forma de reprodução que subordina as demais.” (Oliveira,1977: 122).

¹² Assim como ocorreu com a modernização em época anterior, hoje a pós-modernização, ou a informatização assinalam uma nova maneira de tornar-se humano. (HARDT e NEGRI, 2001: 310)

¹³ “Praticamente nada desse dinheiro tinha probabilidade de um dia ser pago, mas enquanto os bancos continuassem a ganhar juros sobre ele – uma média de 9,6% em 1982 (UNCTAD) –, não se incomodavam. Houve um momento de verdadeiro pânico no início da década de 1980, quando, começando com o México, os grandes devedores latino-americanos não mais puderam pagar, e o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso, pois vários dos maiores bancos tinham emprestado seu dinheiro com tal volúpia na década de 1970 (quando os petrodólares entravam a rodo, clamando por investimento) que agora ficariam tecnicamente na bancarrota. Por sorte para a economia dos países ricos, os três gigantes latinos da dívida não agiram em conjunto (...). (Hobsbawm, 1995:412).

¹⁴ Tudo aquilo que estivesse fora da relação capitalista – fosse humano, animal, vegetal ou mineral – era visto, da perspectiva do capital e de sua expansão, como natureza. (Hardt e Negri, 2001: 291)

Referências

BENSAID, Daniel. **Marx, o Intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica.** (cap. 11). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

ENZENSBERGER, Hans-Magnus. **Contribución a la Crítica de la Ecología Política.** Univ. Autónoma de Puebla, México, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. [1969].

_____. **Ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola,1996. [1970].

GIDDENS, A.. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In, BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana (orgs). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Ed. UFRJ, Rio, 1997.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELLER, Agnes. **A condição Política Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

KURZ, Robert. **O colapso da Modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LENIN, V. I. **O Imperialismo Estádio supremo do Capitalismo**. Coimbra: Ed. Centelha, 1974.

LUXEMBURG, Rosa de. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo** (col. Os economistas). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A produção do discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92**. Tese de Doutorado. Brasília: UnB/CDS, 2005.

_____. **O Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual**. Dissertação de mestrado/UFG, Goiânia, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. III, 1980.

_____. **Manuscritos econômicos-filóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural (Os Pensadores), 1987.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (s/d). "O manifesto do Partido Comunista", in **Obras escolhidas**, vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega, s/d.

_____. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1997.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial eo o significado de identidade em política. Niterói: Cadernos de Letras da UFF – **Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

_____. Coloniality: The Darker Side of Modernity. In. **Coloniality and Modernity/Rationality - Cultural Studies**, vol. 21, nos. 2-3, pp. 155-67, 2007.

NELISSEN, Nico et al.. **Classics in Environmental Studies: an overview of classic texts in environmental studies**. Utrecht: International Books, 1997.

NORGAARD, Richard. **Development Betrayed: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future**. London and New York: Routledge, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista." in **Questionando a Economia Brasileira**. São Paulo: CEBRAP/ Brasiliense, pp 5 – 78, 1997.

_____. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PONDÉ, Luis Felipe. O vôo do corvo sobre os jardins da torre de babel. In, **ide psicanálise e cultura**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise, 31(47), 37-43, 2008.

SACHS, Wolfgang. The Archaeology of the Development idea. In **Planet Dialectics**. London: Zed Books, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1997.

_____. **Introdução a Uma Ciência Pós Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. Entrevista: Milton Santos. In : **Revista da ADUFG**, nº4 Agosto. Goiânia: Talento, 2000. pp.14-21.

SCHMIDT, Alfred. História e Natureza em Marx. COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os Clássicos.** Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas.** São Paulo: Editora 34, 2002.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo.** Petrópolis: Vozes, 2002.

WATTS, William. Prefácio. In, MEADOWS, Denis et al. **Os Limites do Crescimento.** (Col. Debates n. 90). São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

Artigo submetido para avaliação em 05 de agosto de 2013 e aceito para publicação em 10 de outubro de 2013.